

Melhoria na segurança

O fim da superlotação carcerária é condição indispensável para o funcionamento da segurança pública

EDITORIAL

A Rede de Segurança Digital que começa a funcionar experimentalmente na próxima segunda-feira, em Vitória, e a ampliação do sistema prisional com a oferta de centenas de novas vagas constituem, sem dúvida, duas medidas positivas para melhorar a segurança da população. Transmitem a sensação de que o Estado está avançando no combate à violência, conforme desejam e necessitam os cidadãos de bem.

O crescimento da eficiência dos serviços prestados pelas polícias e a existência de infra-estrutura adequada para abrigar presos são pilares indispensáveis à gestão do sistema de segurança pública. Não precisa ser doutor nessa matéria para perceber que se trata de condições absolutamente indispensáveis ao planejamento e à realização de ações de segurança. No Espírito Santo, os investimentos nesse sentido não poderiam mais ser protelados, sob pena de conseqüências danosas.

A carceragem atingiu situação caótica na Grande Vitória, principalmente nos DPJs (Departamentos de Polícia Judiciária). O de Vila Velha terá de ser interditado, por ordem da Justiça, num prazo de até 30 dias. Os presos deverão ser transferidos. Para se ter uma idéia, a recepção da unidade está sendo utilizada como cela - de forma muito precária, obviamente. Há seis detidos, mantidos algemados, sob a vigilância de policiais armados, uma cena que impede o acesso de pessoas da população. No cubículo, a superlotação passou a configurar um quadro dantesco. Ontem havia 80 detentos onde só cabem 16 - implicando situação de alto risco para quem está recolhido e para os policiais em serviço. Isso intranquiliza muito a população.

Mas, finalmente, essa situação explosiva será desfeita em breve. É o

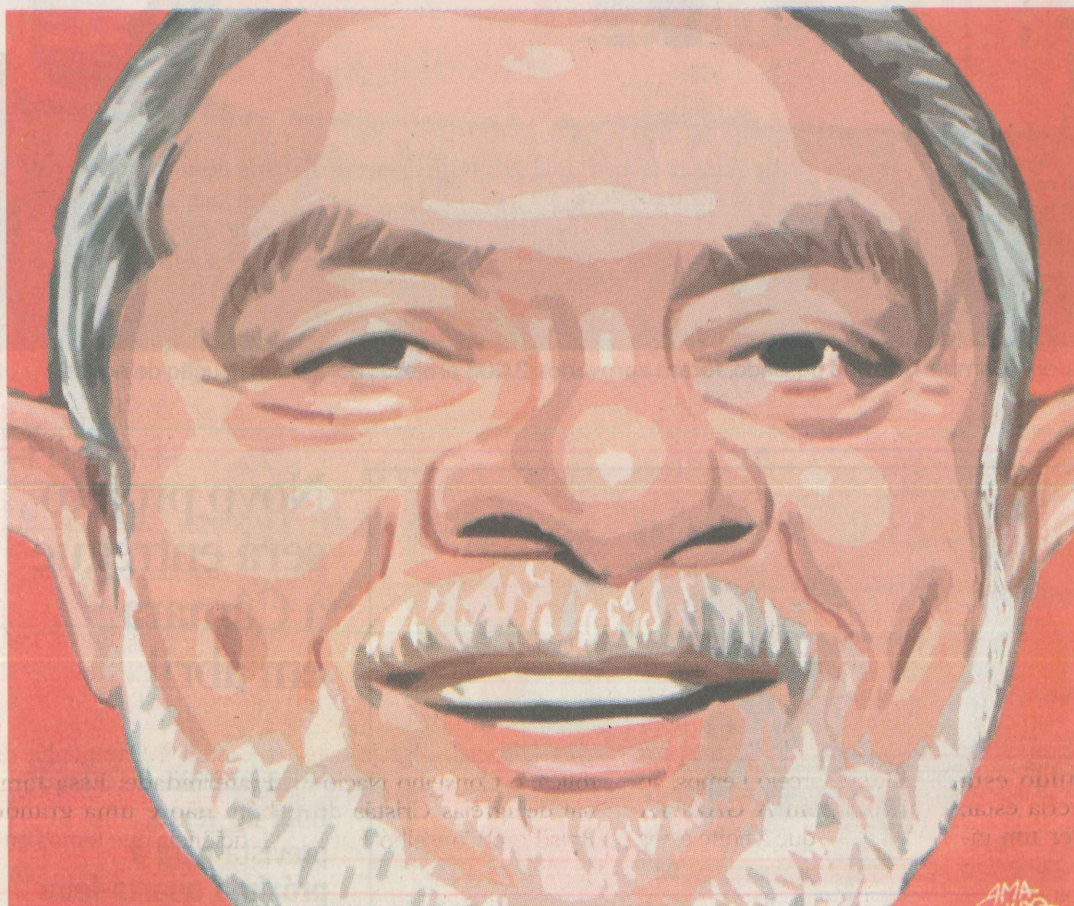
que se espera e o que promete a Secretaria de Estado de Segurança Pública. Está sendo anunciada a disponibilização de 200 vagas nos DPJs, nos próximos 15 dias. Certamente, já será um alívio. Mas não ficará só nisso, até porque não atenderia à necessidade atual. Mas o governo estadual trabalha com a possibilidade de em 60 dias as delegacias dos municípios contarem com mais 400 vagas. Já não era sem tempo.

No desmonte da superlotação carcerária, também afigura-se como muito positivo o mutirão iniciado pela subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, em Vila Velha. Em apenas 15 dias foram revisados dezenas de processos dos presos recolhidos ao distrito policial do município. Em conseqüência, 22 pessoas poderão ser beneficiadas com alvará de soltura imediato.

O aparelho de segurança pública deve sempre estar em condições de anular as inovações do crime e atro-

pelar o seu crescimento. Dentro desse entendimento, abre-se boa perspectiva com a implantação da Rede de Segurança Digital. Inicialmente, foi feito o cadastro de aproximadamente 100 olheiros da Polícia Militar. Eles atuarão voluntariamente, em condomínios e em estabelecimentos comerciais situados em locais estratégicos da Capital. Terão a função de avisar a PM sobre qualquer ocorrência criminal que presenciarem ou de que tiverem notícia. Também atuarão preventivamente, denunciando a presença de pessoas em atitudes suspeitas. A comunicação com a PM se fará com apenas um toque numa tecla de um telefone. A intenção é agilizar o máximo possível a presença policial. O sentimento da população é que essa experiência de interatividade produza os frutos esperados, e que em breve seja estendida para os demais municípios da Grande Vitória.

A Rede de Segurança Digital representa avanço na interação da Polícia Militar com a população



Reeleição à vista

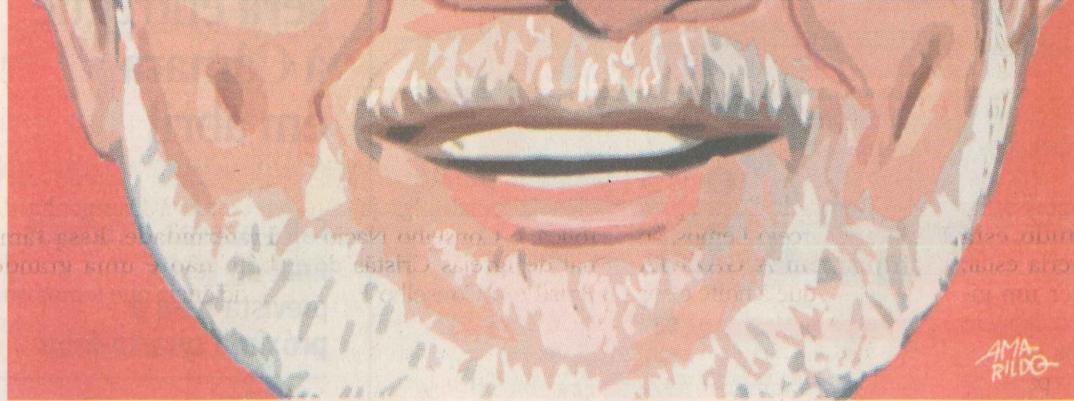
JOSÉ CARLOS CORRÊA

Paulo Hartung não deixou o Governo em 31 de março, o que sinaliza a sua disposição de disputar a reeleição. Nada mais lógico para quem tem ampla maioria das intenções de votos medidas pelas pesquisas. Mas a decisão do governador foi cercada de dúvidas até a última hora. A falta de um maior apoio dos setores organizados da sociedade às suas providências durante a crise dos ônibus incendiados, há um mês, quase fez o governador desistir da sua candidatura. Em determinado momento, seu coração chegou a pender mais para o Senado, onde um atraente e tranquilo mandato de oito anos estava à sua disposição.

A mágoa do governador é decorrente do fato de que a maioria das instituições que representam a sociedade civil se limitou a cobrar do Governo a solução do problema, sem se atentar que a questão da violência deve ser enfrentada por toda a sociedade. Afinal, a maior parte da violência

delas, o governador conseguiu, com habilidade, aliviar a tensão sem precisar recorrer às tropas federais como da vez anterior. Até com relação aos presídios o governador se sente injustiçado quando é acusado de omissão. Segundo ele, quando assumiu o governo eram onze os presídios. O seu governo já construiu três e há outros dois em construção. Ou seja, o problema pode não estar resolvido, mas ele, governador, termina o mandato dando uma grande contribuição para a solução.

O arrefecimento da crise dos ônibus incendiados deve ter dado um novo ânimo ao governador, daí a sua decisão de permanecer no cargo. Até porque estão postas as condições para que o seu segundo mandato, se for confirmado pelo eleitorado, seja mais tranquilo que o primeiro. As finanças estão saneadas, a capacidade de investimento, recuperada, e o controle político, reconquistado pelo Executivo.



Democracia mambembe

UCHÔA DE MENDONÇA

Chegam a um final melancólico as CPIs instaladas no Congresso Nacional a partir de maio de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson, então presidente nacional do PTB, denunciou um amplo esquema de propinas, chamado de mensalão, cujo operador seria o sr. Marcos Valério, sob a coordenação do sr. Delúbio Soares, na época tesoureiro do PT.

O desencadeamento das denúncias apuradas fez correr um mar de lama na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, inundando o Palácio do Planalto e atingindo o “professor” Lula, que viu a imundícia chegar-lhe até as orelhas.

Ao sabor de sucessivas manobras, montadas sempre à base dos mecanismos de persuasão mais espúrios que se pode imaginar, contando até com o apoio explícito das importantes figuras do Supremo Tribunal, fartamente denunciadas pela imprensa, sai fagueiro do lamaçal, sem uma mancha, o nosso impagável presidente, o “professor” Luiz Inácio Lula da Silva.

É impressionante como as fragorosas quedas das figuras de maior projeção, depois do

presidente, como José Dirceu, Antonio Palocci, José Genoino e tantos outros de postura duvidosa, pouco recomendáveis para porteiros de prostíbulos de quinta categoria, deixam impune o maior irresponsável de todos, o professor Lula.

É interessante como o Brasil resiste bravamente à sanha dessa corja de malfeitores da pior espécie. Vejo ainda, com indisfarçável nojo, figuras que deveriam se dar ao respeito afirmarem que ainda acreditam na sinceridade do presidente Lula, que ele é uma triste vítima de um bando de assaltantes que o traiu, enganou-o, até que ele se apercebesse da grande imoralidade que se praticava à sua sombra! Será que tem alguém que acredite nessa pasmaceira, nesse embuste, nessa deslavada mentira?

Cabe responsabilidade maior aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Espanha, Itália e Inglaterra, principalmente, pelo acordo que firmaram em combater persistentemente qualquer movimento, interno ou externo, que venha colocar em risco a democracia dos países signatários do tratado celebrado

com apoio da ONU, devendo os canalhas que vierem a se assentar no poder serem protegidos pelos resultados das urnas. Os americanos se mostraram desiludidos com Hugo Chávez, da Venezuela, e agora com Evo Morales, da Bolívia, e, sobre a Argentina, começam a surgir os primeiros desencantos com o esquerdismo de seu dirigente. Com relação ao Brasil, não escondem as apreensões com o manobrado Lula, que, se for reeleito, com o seu MST, PT, CUT e tudo mais, vai incendiar o Brasil. Quem viver, verá...

É doloroso que os relatórios da CPI apontem 180, ou mais, envolvidos nos escândalos dos mensalões, das malas e cuecas voadoras, cheias de dólares, e um amontoado de concorrências fraudulentas, de obras e serviços inexistentes, para saciar a fome de poder de um bando de predadores da democracia mambembe que oferecemos ao mundo, como o retrato triste de uma república de bananas, como sempre fomos.

Gutman Uchôa de Mendonça escreve às terças e aos sábados. e-mail: fecomes.vix@zaz.com.br

bus incendiados, ha um mês, quase fez o governador desistir da sua candidatura. Em determinado momento, seu coração chegou a pender mais para o Senado, onde um atraente e tranquilo mandato de oito anos estava à sua disposição.

A mágoa do governador é decorrente do fato de que a maioria das instituições que representam a sociedade civil se limitou a cobrar do Governo a solução do problema, sem se atentar que a questão da violência deve ser enfrentada por toda a sociedade. Afinal, a maior parte da violência está associada ao tráfico de drogas, que, como bem mostrou o documentário “Falcão”, exibido pela Rede Globo, tem raízes na própria sociedade. Hartung considerou também tímida a reação desses mesmos setores aos abusos cometidos pelas polícias que colocaram lenha no fogo da crise quando entraram em greve, fizeram Operação Padrão e afrontaram o Governo levando presos à porta do palácio.

Mas, felizmente, o momento mais difícil passou. Embora ainda haja muitas pendências na área de segurança, sendo a superlotação dos presídios a maior

vidido, mas ele, governador, termina o mandato dando uma grande contribuição para a solução.

O arrefecimento da crise dos ônibus incendiados deve ter dado um novo ânimo ao governador, daí a sua decisão de permanecer no cargo. Até porque estão postas as condições para que o seu segundo mandato, se for confirmado pelo eleitorado, seja mais tranquilo que o primeiro. As finanças estão saneadas, a capacidade de investimento, recuperada, e o controle político, reconquistado pelo Executivo.

Quanto à segurança, ela já era um problema grave no início do seu governo, que começou com o assassinato de um juiz. O próprio governador sabe, e já deve estar conformado com isso, que a recente crise dos ônibus incendiados não foi a primeira e nem será a última. Ou seja, ela foi somente mais uma entre tantas que têm que ser enfrentadas por quem decide governar um Estado com tantos problemas como é o caso do Espírito Santo.

José Carlos Corrêa escreve aos sábados. e-mail: jccorrea@redgazeta.com.br

1964: 42 anos depois

CARLOS VINÍCIUS C. DE MENDONÇA

Os meses de março e abril estão inscritos na memória e no imaginário coletivo brasileiro como meses não só de chuvas imprevisíveis, mas também de ventos marciais. Há quarenta e dois anos uma coalizão civil-militar promoveu um movimento que tinha como objetivo principal restabelecer a ordem e se contrapor ao que se chamava na época de sovietação do Brasil.

Visto este movimento do cume da montanha de 42 pés é necessário indagar: abstraindo as radicalizações e a violência que se espalhou sobre a planície, será que tudo foi negativo? Foram realmente anos de chumbo e de trevas no sentido da intolerância medieval como nos quer convencer exaustivamente uma certa memória? Não teria sido 64 uma tentativa autoritário-utópica de se opor ao ápice simbólico de um processo histórico rugoso, violento, elitista, conservador e demagógico?

Na verdade muitos ensaios e trabalhos acadêmicos estão sendo realizados no sentido de avaliar e ressignificar esse período da história política brasileira tendo como pressuposto uma análise menos emocional e mais adequada às condições históricas concretas da época. Atos institucionais, exílios, represões, obras faraônicas, censura à imprensa e as liberdades individuais e coletivas, casuístas eleitorais, congresso mutilado, proibição de eleições... esse é o receituário da desqualificação e da satanização da implantação da coalizão civil-militar entre 1964 e 1985.

Por outro lado, não seria exagerado imaginar que todas as decisões político-jurídicas de responsabilidade da coalizão foram tomadas e calibradas pelo espírito desumano e cruel de técnicos e intelectuais orgânicos? Para ficarmos apenas num exemplo: será que todos os cassados pelo AI-5 eram homens e mulheres democráticos e de retidão ética e moral inatacável, patriotas, e foram impedidos de exercer o legítimo direito de oposição ao regime? Será que no universo dos empreendimentos econômicos, políticos e sociais nada houve que se possa rememorar de forma positiva, utilitária, válida?

Um outro ponto para reflexão: passados 21 anos do exercício liberal-democrático o Brasil mudou efetivamente, mas estamos longe de resolver as questões nodais que já se apresentavam em 1964: concentração de renda e propriedade, garantia de educação pública de qualidade a toda sociedade brasileira independente de etnia ou credo, a manipulação das questões sociais pela classe política, o desemprego, a violência física e simbólica e o parasitismo dos grupos predadores internacionais.

A democracia no sentido do resguardo às liberdades, à transparência e à inclusão de um maior número de pessoas no conceito de cidadania é um exercício lento e gradual. Exige paciência, ponderação e respeito.

Carlos Vinícius Costa de Mendonça é prof. doutor do Departamento de História da Ufes

REPRESENTANTES COMERCIAIS

RIO DE JANEIRO/RJ: (21) 2491-1350
Solidia Conceitual Ltda.
solidia@solidaconceitual.com.br

SÃO PAULO/SP: (11) 5052-5129
FTPI Representação Publicidade Ltda.
anuncios@ftpi.com.br

BRASÍLIA/DF: (61) 226-6601
Pereira de Souza & Cia. Ltda.
zelia@pereiradesouzadf.net

PREÇOS

EXEMPLAR
ES/BA/MG: R\$ 1,50 de segunda a sábado e R\$ 2,00 aos domingos. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília: R\$ 2,50

PREÇO DA ASSINATURA: ESPÍRITO SANTO:

Semestral única	R\$ 212,50
Semestral parcelada: 3 vezes de	R\$ 72,25
4 vezes de	R\$ 54,70
Anual única	R\$ 399,00
Anual parcelada: 4 vezes de	R\$ 102,75
6 vezes de	R\$ 69,80
8 vezes de	R\$ 53,30

OUTROS ESTADOS

Semestral única	R\$ 355,40
Semestral parcelada: 3 vezes de	R\$ 129,50
4 vezes de	R\$ 99,70
Anual única	R\$ 684,15
Anual parcelada: 4 vezes de	R\$ 180,30
6 vezes de	R\$ 125,50
8 vezes de	R\$ 94,60

SERVIÇOS NOTICIOSOS
Agência Folha (AF), Agência Globo (AG), Agência Estado de São Paulo (AE), Associated Press (AP)